

# SERVIÇO SOCIAL E SAÚDE MENTAL EM TEMPOS DE PANDEMIA: UMA EQUAÇÃO POSSÍVEL?<sup>1</sup>

Hélder Boska de Moraes Sarmiento<sup>2</sup>

Marisa Camargo<sup>3</sup>

Helenara Silveira Fagundes<sup>4</sup>

Tomamos o desafio de escrever este texto registrando o quão difícil é pensar a equação Serviço Social e saúde mental em tempos de pandemia. Aqui, utilizamos a expressão “equação” no sentido figurativo, lembrando que sua condição é de auxiliar a encontrar soluções para problemas em que uma parte não é conhecida, buscar o valor desta incógnita é criar condição para a igualdade em um cenário inédito.

Diferentemente do que se possa imaginar e distante da álgebra, a complexidade do tema não reside na insuficiência técnico-operativa ou teórico-metodológica profissional, pois ao contrário disto, historicamente, os/as assistentes sociais se posicionam na “linha de frente” das lutas contra todas as formas de preconceito, opressão e desigualdade social e em prol de uma nova ordem societária, corroborando com seu projeto ético político-profissional em defesa da classe trabalhadora.

Desde o anúncio da pandemia de coronavírus (COVID-19) em março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde (OMS) a população brasileira passou a enfrentar novas situações cotidianas materializadas no agravamento das expressões da questão social e na intensificação da precarização do trabalho, ampliando-se também o número de sujeitos em situações de vulnerabilidade e risco social. Sendo as expressões da questão social a matéria-prima do trabalho do (a) assistente social, exponenciaram-se também as demandas apresentadas nos espaços sócio-ocupacionais, agora, em parte, respondidas por meio de tecnologias de informação e comunicação digital, o que vem trazendo desconforto e insegurança profissional.

---

<sup>1</sup> Texto enviado ao Comitê Estadual SUAS-SC COVID-19: em defesa da vida em 28 de julho de 2020.

<sup>2</sup> Professor do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social (GEPSS/UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

<sup>3</sup> Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e pesquisadora do GEPSS/UFSC, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

<sup>4</sup> Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), pesquisadora do GEPSS/UFSC e do Núcleo de Estudos e Pesquisas Estado, Sociedade Civil e Políticas Públicas e Serviço Social (NESPP/UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Vale explicitar que o espaço sócio-ocupacional não está reduzido ao/à profissional, mas também é determinado pelas relações entre usuários (as) e suas condições de vida e, as instituições, suas políticas e serviços. Logo, as novas situações sociais e econômicas vividas pelos (as) usuários (as) (trabalho, renda, família, saúde, moradia, transporte, etc.) exigem a construção de novas respostas profissionais e institucionais. E da mesma maneira, as instituições, sob a situação de pandemia, sofreram impactos profundos em suas dinâmicas de gestão e organização, desde o planejamento até a prestação dos serviços, principalmente com as populações mais atingidas social e economicamente (saúde, assistência social e previdência), tanto aquelas que historicamente demandavam as políticas sociais, como os segmentos que passaram a requisitá-las em consequência da pandemia.

Em tempos de pandemia, a produção recente que tem o próprio Serviço Social como objeto centra-se na qualidade concreta e particular do trabalho, aspecto que demanda considerar a tensa relação entre a condição de trabalhador (a) assalariado (a) e o projeto ético-político profissional, afetando sua autonomia no exercício profissional.

Na condição de trabalhador (a) assalariado (a), o/a assistente social vende sua força de trabalho especializado para os empregadores em troca de um equivalente expresso em uma forma monetária, um salário, intermediando as demandas da população usuária e o acesso aos serviços sociais e benefícios emergenciais, na linha de intersecção entre a esfera pública e a privada. Não obstante aos demais sujeitos da classe trabalhadora:

Na era da globalização, a fragmentação das atividades laborais, aliada à competitividade no mercado de trabalho e o medo do desemprego, induz o trabalhador a submeter-se a péssimas condições laborais, baixos salários, assédio moral e sexual, discriminação, carga horária excessiva e acúmulo de funções para atingir metas propostas pelas empresas. Esses são fatores que contribuem para o surgimento de sintomas ansiosos e depressivos nos trabalhadores (FERNANDES<sup>5</sup> *et al.*, 2018, p. 278)

---

<sup>5</sup> FERNANDES, Márcia Astrês *et al.*. Adoecimento mental e as relações com o trabalho: estudo com trabalhadores portadores de transtorno mental. **Rev. Bras. Med. Trab.** 2018; 16 (3): p. 277-286. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-966063>>. Acesso em 02 mai. 2020.

Um primeiro desafio nesse cenário é o rompimento das unilateralidades presentes nas interpretações enviesadas que concebem o trabalho do (a) assistente social tanto na *perspectiva fatalista*, superestimando “[...] a força e a lógica do comando do capital no processo de (re) produção, submergindo a possibilidade dos sujeitos de atribuírem direção às suas atividades” (IAMAMOTO<sup>6</sup>, 2008, p. 417), quanto na *perspectiva messiânica*, deslocando a ênfase dos determinantes histórico-estruturais concretos para “[...] a vontade política do coletivo profissional, que passa a ser superestimada, correndo-se o risco de diluir a profissionalização na militância *stricto sensu*” (IAMAMOTO, 2008, p. 417).

Um segundo desafio é trazer o exercício profissional cotidiano do (a) assistente social para o centro do debate coletivo no âmbito da profissão e para a agenda da pesquisa e produção acadêmica da área (IAMAMOTO, 2008). Ademais, a compreensão do exercício profissional do (a) assistente social não pode distanciar-se das atuais perdas decisivas vividas nas conquistas históricas pela classe trabalhadora, em prol das quais atua mediando o acesso às condições necessárias para a materialização de direitos sociais.

Em tempos de pandemia, esses elementos vêm impactando nas configurações do exercício profissional do (a) assistente social, delimitando particularidades nos diversos espaços sócio-ocupacionais nos quais o/a profissional se insere em um contexto marcado, contraditoriamente, pela luta em prol da efetivação do projeto ético-político profissional, na contramão dos ditames do capital fetiche de orientação neoliberal que traduzem o projeto societário hegemônico vigente, o qual subjuga e adocece os/as trabalhadores (as) em prol da produção de mais-valia. Nesse contexto, apesar das inúmeras evidências de que as condições de trabalho na atualidade geram adoecimento mental nos (as) trabalhadores (as), as produções teóricas que tomam o Serviço Social enquanto objeto de estudo e pesquisa constituem um terceiro desafio e precisam ser ampliadas, pois:

[...] A falta de enfrentamento das situações de trabalho que geram um processo de adoecimento físico e mental nos trabalhadores está relacionada com as atuais formas de organização financeira e produtiva, a implementação de novos mecanismos de gestão e a maneira como as avançadas tecnologias são utilizadas. [...] O trabalho na atualidade passou a exigir um maior envolvimento da subjetividade dos trabalhadores. Nesse contexto, o cotidiano

<sup>6</sup> IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. 495 p.

laboral vem se caracterizando pela contradição entre discursos gerenciais bastante sedutores e práticas extremamente exigentes que tendem a enfraquecer a organização coletiva (SOUZA<sup>7</sup>; BERNARDO, 2019, p. 02).

Este maior envolvimento da subjetividade dos (as) trabalhadores (as), aqui referenciando os/as assistentes sociais, implicam um quarto desafio, de ordem ético-moral, não apenas pelos conflitos particulares e os dramas de consciência vividos por estes/estas trabalhadores (as) em situações extremas mas, das escolhas que os gestores das políticas decidem, conduzindo a população majoritariamente usuária dos serviços sociais a um genocídio, isto é, dramas societários e, portanto, éticos e políticos que comprometem a igualdade, a justiça e a democracia.

E, ainda destaca-se quanto do (a) trabalhador (a) os aspectos vividos pelos (as) profissionais, como a fragilização emocional e mental, inclusive por medo de contrair o vírus, compondo um difícil quadro de expressão e controle das emoções diante de tantas adversidades vividas e, sua compreensão intelectual, longe de separar estas dimensões, as atuais condições forçam sua experiência unitária de difícil sustentação.

Em continuidade, vale destacar as situações cotidianas em suas impactantes repercussões sobre o espaço objetivo de trabalho, ou seja, as relações sócio profissionais no campo das políticas sociais, dentre estas, indicamos um conjunto de desafios que se apresentam:

- a) Com as condições e medidas sanitárias que se apresentam desde o início da pandemia, muitas medidas foram tomadas do ponto de vista do aparato jurídico e institucional para o atendimento nos diversos espaços de atuação profissional. São decretos, protocolos, normas, legislação, distanciamento social que modificaram toda a rotina antes estabelecida, exigindo conhecimento e respostas objetivas dos (as) profissionais aos problemas e demandas que se apresentam em um tempo por demais reduzido, configurando uma profunda alteração nas dinâmicas de atendimentos no interior das políticas e instituições.

---

<sup>7</sup> SOUZA, Heloisa Aparecida; BERNARDO, Marcia Hespagnol. Prevenção de adoecimento mental relacionado ao trabalho: a práxis de profissionais do Sistema Único de Saúde comprometidos com a saúde do trabalhador. Rev. Bras. Saúde Ocup. 2019; n. 44, 8 p. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbso/v44/2317-6369-rbso-44-e26.pdf>>. Acesso em: 02 mai. 2020.

- b) Diante de tantas adversidades e injustiças que são geradas na gestão das políticas, a categoria profissional dos (as) assistentes sociais tem se apresentado criticamente em diversas manifestações com posicionamento claro em defesa da vida humana e a saúde pública. Isto gera desdobramentos no fortalecimento político dos (as) profissionais, instruindo e orientando-os (as) sobre os desmandos, desinformações que comprometem o atendimento qualificado e a garantia de direitos, portanto, há um tensionamento na implementação dos serviços e autonomia profissional.
- c) Ainda no campo das políticas sociais, o atual quadro sanitário, social e econômico exige maior intersetorialidade, desde o diálogo para apresentar informações adequadas e orientar a população, até a execução dos serviços. Na maioria das vezes, isto é feito pelos (as) profissionais de Serviço Social, no entanto, considerando as debilidades deste princípio e as exigências de sua realização percebe-se uma responsabilização dos (as) profissionais para esta tarefa, causando graves sequelas devido ao estresse do atendimento direto aos/às usuários (as) contagiados (as) ou não, que exigem a garantia do atendimento, bem como de seus familiares.
- d) Com o trabalho de urgência e emergência desenvolvido nos diferentes espaços sócio-ocupacionais que se ampliaram para além da área da saúde estritamente, as exigências cresceram muito na assistência social e previdência, ampliando a demanda por estes serviços, por setores e segmentos populacionais que não eram atendidos por estas políticas. Porém, não houve contratação e ampliação dos quadros profissionais, sobrecarregando aqueles que passaram a atender todo tipo de demanda, ampliando as fontes de ansiedade, angústia e estresse físico e mental pelo fato das exigências serem superiores ao possível de ser realizado pelos profissionais.

Diante disso, reforçamos que o projeto ético-político profissional do Serviço Social é fruto “da organização social da categoria e de sua qualificação teórica e política, construído no embate entre distintos projetos de sociedade que se refratam no seu interior” (IAMAMOTO, 2008, p. 224).

Por fim, acreditamos que a articulação profissional e intersetorial da categoria profissional na proteção e defesa da vida humana, com outras áreas e organizações possam ser sinalizadas como caminhos possíveis para pensar esta complexa equação: serviço social e a saúde mental em tempos de pandemia.